



Estudantes e professores do Ensino Superior manifestam-se contra a corrupção, em Nova Delhi

Índia: a crise económica e o "Estado de Emergência"

DESDE o dia 25 do mês passado, a Índia encontra-se em "estado de emergência" e tudo leva a crer que os factores do confronto violento entre as diversas formações políticas à conquista do poder se encontram reunidos. A actual crise interna pode conduzir, num prazo relativamente curto, a um período por uma das centenas de políticas que se aglutinam no interior da União Indiana e, para já, tudo leva a crer que os amigos da URSS verem esta partida.

Mas o certo é que Indira Gandhi não pode, para já, dar-se ao luxo de optar por um alinhamento incondicional com as posições do Kremlin por mais acusações que sejam feitas à CIA, o certo é que a alegada fraude eleitoral cometida pelo Chefe do Governo de Nova Delhi ainda não foi desmentida.

Por outro lado, depois da recente experiência nuclear indiana, a situação política na península indiana tende a esquecer e as questões internas (como o desemprego e a fome) continuam a ser um tanto esquecidas quando absorvidas pelo jogo político tradicional das fações dirigentes. Quanto ao equilíbrio de forças na área, a instabilidade gerada pela posse da "bomba" levará de certo a mais uma tentativa paquistanesa de aproximação com a República Popular da China. Ao mesmo tempo que os princípios dos Himalaias se virão obrigados a concertar entre si forma de resistência à expansão indiana, bem expressa na recente anexação do Sikkim.

das da população atingidas pela pobreza e pela fome.

Reforma económica em estado de emergência

As medidas de emergência tomadas pelo Governo, também no capítulo da economia, não podem ser criticadas por uma oposição radical, por agora, ao silêncio.

No entanto, e no dizer do especialista do «Monde» Gilbert Etienne, os sinais de progresso económico «continuam muito fracos». Já ninguém duvida que só quando a economia do país apresentar uma taxa de crescimento capaz de, pelo menos, mitigar a miséria, haverá qualquer possibilidade de abrandar os conflitos que opõem diariamente a polícia aos manifestantes em várias cidades indianas, nomeadamente nas localizadas nos estados do Bihar, Baroda e Guzarate.

Os poderes extraparlamentares assumidos por Indira Gandhi — ao abrigo dos quais elaborou uma legislação que dita um «pré-racionamento» acompanhado de medidas de «pré-congelamento» dos preços alimentares — não serão, porém, suficientemente fortes para estancar a corrupção que a rodela e na qual (tudo leva a crer) está também comprometida.

As reservas de trigo para sementeiras são escassas, a recessão industrial sucede actualmente ao crescimento explosivo de 1956 a 1964, estabelecido em 3 por cento anuais durante os primeiros anos desta década, e as irregularidades do regime das monções continuam a dilatar, em não menosprezável medida, a sorte da economia indiana.

O acordo atómico entre a Alemanha e o Brasil

AMSTERDAM (Do nosso correspondente) — Mas grado o descontentamento ao causar nos Estados Unidos, a Alemanha Federal e o Brasil assinaram no passado dia 27 de Junho, em Bonn, um acordo pelo qual a Alemanha Federal fornecerá ao Brasil 8 centrais atómicas com um valor aproximado de 12 bilhões de marcos.

Tanto o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Genscher, que na ocasião da assinatura foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, como o seu colega brasileiro, Azeredo da Silveira, declararam que a utilização das centrais será inteiramente pacífica e que o Brasil, embora não tenha assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, não tem a intenção de fabricar armas atómicas. Segundo as declarações do ministro brasileiro, o seu país não assinou o Tratado pelo facto do mesmo consentir a certos países o direito de possuir bombas atómicas e a outros não.

O Brasil, porém, lembrou Azeredo da Silveira — assinou o tratado de Tlatelco, o qual estabelece a América do Sul como zona não-nuclear. Por outro lado a Alemanha Federal não possui bombas atómicas e, por conseguinte, não poderá fornecê-las ao Brasil.

Além do interesse comercial do fornecimento das centrais atómicas, o qual é, na verdade, um severo golpe para a indústria americana, a Alemanha tem todo o interesse em se assegurar, no futuro, de fornecimentos de urânio brasileiro.

No que respecta às declarações conjuntas de que as centrais serão exclusivamente utilizadas para fins pacíficos, não é exagero manter certa desconfiança. A tendência para limitar o número de países possuidores de armas atómicas, parece, mais do que nunca, preterir ao passado, e tudo indica que nos próximos dez anos (e mais grado o Tratado de Não-Proliferação assinado em 1968) o número de nações constituindo uma ameaça atómica potencial terá-se multiplicado.

O acordo de não-proliferação

Com a compra de centrais atómicas e de tecnologia agora efectuada na Alemanha Federal, o Brasil, entra na posse de todos os ingredientes necessários para a fabricação da bomba. Recentemente a África do Sul anunciou a sua intenção de proceder em grande escala ao enriquecimento de urânio, enquanto que a Índia levou a cabo, dentro em pouco, a segunda explosão nuclear subterrânea.

Iniciativa das superpotências,

os Estados Unidos e a União Soviética, assinado e ratificado por 90 países, o Tratado de Não-Proliferação em que as signatárias se obrigam a não obter ou a fornecer «armas ou outros explosivos nucleares» nunca pareceu mais que uma declaração de intenções. Dai a sua assinatura, seguida da não ratificação por parte de 13 países — o que, efectivamente, a nada os obriga e o facto de 33 outros se terem recusado a assiná-lo.

Entre estes últimos encontram-se duas nações possuidoras de armas atómicas, a França e a China. Embora a primeira se tenha comprometido a agir como se tivesse assinado e ratificado o Tratado, a China sempre se considerou partidária de uma política de proliferação, se bem que, até agora, não tenha tomado quaisquer iniciativas nesse sentido.

Entre os países que, num futuro próximo, se podem contar entre as potências atómicas — e dos quais nenhum assinou o Tratado — figuram a Espanha, a África do Sul, a Índia, o Paquistão, a Argentina, o Brasil e Israel. A Índia, ao proceder a uma explosão «pacífica», provou, sobretudo, que faz já parte das potências atómicas. Israel, segundo a convicção de vários cientistas, possui algumas armas nucleares que, pela sua situação geográfica, não têm possibilidade de experimentar, mas que provavelmente utilizará se a tal fosse obrigado por uma situação desesperada.

Um dos principais argumentos dos países que recusam assinar o Tratado tem sido o seu carácter discriminatório, o qual estabelece o «statu quo» de um pequeno número de potências nucleares contra um grande número de potências não-nucleares. Para alguns países, como por exemplo Israel, o argumento principal para não assinarem é o da defesa nacional.

Os Estados Unidos, a Rússia, mas grado as promessas feitas de limitação dos armamentos e de utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, não puderam até agora obter resultados concretos e ratificaram o Tratado. Em 1968, o número de armas nucleares em seu poder, em vez de diminuir, aumentou. Em consequência, é compreensível que



Azeredo da Silveira

conjuntamente com Israel. Se bem que no domínio da tecnologia nuclear se encontre mais atrado que Israel, o Egipto recusa no futuro reatores dos Estados Unidos ou da França que lhe permitirão, graças ao plutónio deles proveniente, fabricar uma bomba atómica rudimentar. A França (fechou grandes contratos com os Estados Unidos, a França e a Alemanha Federal para a entrega de reatores e de instalações para o enriquecimento de urânio. Graças a sua enorme riqueza, os outros países do Médio Oriente podem sentir-se inclinados a comprar a necessária tecnologia, ou simplesmente a trocar o seu petróleo por armas atómicas.

A situação no Extremo Oriente pode considerar-se também igualmente delicada. A Coreia do Sul julga-se — com verdade ou sem ela — ameaçada pela Coreia do Norte. O senador americano Robert Dornan advertiu a semana passada da possibilidade de os Estados Unidos, dentro de ano e meio, poderem entregar armas atómicas na Coreia. O senador parecia referir-se à utilização de armas atómicas táticas, empregadas contra objetivos militares, armas essas que, segundo os especialistas do desarmamento, parecem ter diminuído o «medo atómico».

Taiwan é outro dos países em condições de construir o

seu arsenal atómico. O Japão que, contra toda a expectativa, não ratificou o Tratado de Não-Proliferação, dispõe de todos os meios necessários para, a qualquer momento, fabricar armas atómicas.

O Holanda, a Bélgica, a Alemanha Federal e a Itália, se bem que tenham ratificado o Tratado, parecem considerar como possibilidade a formação de uma potência nuclear europeia, sobretudo no caso de, voluntariamente ou não, diminuir ou desaparecer a proteção nuclear actualmente oferecida pelos Estados Unidos. Diga-se de passagem que a ratificação e assinatura do Tratado não significam um compromisso para a eternidade: bastam três meses de pré-aviso para os países se poderem desligar do seu compromisso. A possibilidade de vir a surgir, em torno do Médio Oriente, outras potências nucleares, bem pode influenciar a formação de uma potência nuclear europeia.

No momento presente os 20 a 30 países em condições de, dentro de 5 a 10 anos, se podem tornar possuidores de armas atómicas não parecem ter qualquer intenção nesse sentido. Porém, muitos deles vêm-se obrigados a adaptar a sua política à dos países vizinhos; para outros a sua segurança depende de terceiros, como por exemplo dos Estados Unidos, embora essa que lhes parece cada vez mais aleatória.

A medida que aumenta o número de países em estado de produzir bombas atómicas, mesmo rudimentares, aumenta igualmente a possibilidade de que, mais cedo ou mais tarde, por acidente, por engano, por chantagem ou simplesmente por reflexo, um conflito atómico se torne realidade. Os horrores de Hiroshima e Nagasaki deixaram uma altura em que nos povos menos favorecidos se vão oferecendo bombas a preço de ocasião.

J. Restes de Carvalho.

VENDE-SE APARTAMENTO

Quarto, sala comum, cozinha e casa de banho, na Parede. Junto à estação — lado do mar — menos 70 contos que seu custo. Motivo urgente. Atende hoje a amanhã das 10h às 19h na Rua 3 de Maio, 27, 7/c-D.

Uma casa para a família em S.º António dos Cavaleiros

3 ou 4 assoalhadas bons acabamentos condições de pagamento excepcionais facilidades fiscais

ICESA

Indústrias de Construção e Empreendimentos
Têxteis, S.A.L.
Av. da República, 14-6º Lisboa Tel. 560791/560021
Santo António dos Cavaleiros
Sala de Exposição-Tel. 2530665 Estrada de Loures.

Cada geração tem os seus favoritos



Renault 5

A calcêfe foi dos avós. O Isotta-Fraschini dos anos 30. Humphrey Bogart renova-se todos os anos. Os Beatles... ah os Beatles! Hoje, temos os nossos gostos bem definidos. Sabemos bastante do que ficou para trás. Mas vivemos atraídos para a frente. Temos o nosso estilo, as nossas verdades, o nosso automóvel. O Renault 5. Ele responde a todas. Acelera, dribla o trânsito, é vivo, enfiado, surpreendente. É giro que se faz!

Grande mobilidade: 3,50 m de comprimento, 4,90 m de raio de viragem; na estrada, ganha energias acima da sua classe — 956 cm³ de cilindrada, mais de 125 Km/h; **Segurança:** tração à frente, suspensão por barras de torção de grande elasticidade, travões de disco à frente, com repartidor de travagem variável com a carga. **Económico:** (6,3 lt a 90 Km/h norma DIN). Porta-bagagens 270 dm³, o autêntico Mini-Break rebatendo o banco, com capacidade para 900 dm³. A 3.ª porta permite total facilidade de manuseamento de volumes. Para-choques monobloco em políester reforçado.



O carro da moderna geração automóvel.

RENAULT

INDÚSTRIAS LUSITANAS RENAULT, S.A.R.L.